noticias JORNAL DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES — ANO VII Nº 151 — 14 a 22/4/2004



Diretório Nacional reafirma apoio às ações do governo Lula

TROCA DE CADEIRAS

PT nacional tem novos secretários

A reunião do Diretório Nacional do PT definiu os nomes dos novos secretários nacionais do partido. Houve também alterações no DN e na Comissão Executiva Nacional.

O deputado federal Jorge Bittar (RJ) pediu afastamento de seu cargo à frente da Secretaria Geral Nacional do PT por conta da disputa eleitoral que deverá enfrentar nos próximos meses, como candidato do partido à Prefeitura do Rio de Janeiro. Em seu lugar assumirá **Sílvio Pereira**, que deixa as secretarias de Organização e Comunicação.

Para a Secretaria Nacional de Organização foi escolhido Gleber Naime, que era secretário-adjunto da Secretaria de Assuntos Institucionais. A prioridade do novo secretário para este ano será avançar na organização do partido — agilizando a comunicação entre as instâncias e trabalhando na base de dados de todos os filiados e dirigentes — para prepará-lo para a disputa eleitoral. "Temos que montar uma rede de documentação rápida para facilitar a comunicação entre os diretórios e ganhar em tempo e eficiência durante o processo eleitoral", destacou Gleber.

À frente da Secretaria Nacional de Comunicação estará, a partir de agora, Marcelo Sereno, que está se afastando da assessoria do Ministério da Casa Civil. Sereno passa a integrar a Executiva na vaga que era de Bittar. "Minha intenção é comunicar as iniciativas positivas do governo federal e estabelecer uma relação mais próxima com a mídia", afirmou Sereno.

A reunião do DN também formalizou a substituição do senador Aloizio Mercadante (SP) pelo deputado Paulo Delgado (MG) como titular da Secretaria de Relações Internacionais. Na prática, Delgado, que era secretário-adjunto de Relações Internacionais, já atuava como titular, por conta das atribuições de Mercadante na liderança do governo no Senado.

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, pediu uma licença de 180 dias (entre 15 de maio e 15 de novembro) da 1ª vice-presidência do partido, período em que estará concentrada em sua campanha à reeleição na capital paulista. Neste intervalo, Marta será substituída por Mônica Valente, secretária de Gestão Pública da Prefeitura de São Paulo.

Para o lugar da senadora Heloisa Helena, que foi afastada do PT no final do ano passado, foi indicada a deputada distrital Arlete Sampaio (DF).

GERAL

SÍLVIO PEREIRA — Natural de Osasco. SP. Formado em sociologia, foi gerente comercial da Cooperativa Mista dos Trabalhadores da Grande São Paulo (Coopergram) e diretor do Sindicato dos Comerciários de Osasco. Integrou a direção estadual da CUT-SP. Exerceu os cargos de secretário-geral do Diretório Estadual do PT-SP. 2º vice-presidente do PT Nacional e, entre 2000 e 2004, foi secretário nacional de Organização do PT.



ORGANIZAÇÃO

GLEBER NAIME — Natural de MG. Militou nos movimentos de base da Igreja Católica nos anos 70 e 80 e foi líder estudantil em MG. Foi eleito vereador pelo PT por dois mandatos e secretário de governo da Prefeitura de João Monlevade (MG). Foi dirigente do PT em Minas Gerais. Está no 2º mandato do Diretório Nacional do PT. Deixa o cargo de secretário-adjunto da Snai (Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais).



MARCELO SERENO — Natural do RJ. Foi dirigente sindical na Companhia Vale do Rio Doce e dirigente do PT a partir de 1989. Em 1994, integrou a Executiva Nacional da CUT e, entre 1999 e 2002, ocupou o cargo de secretário nacional sindical do PT. Foi secretário-executivo da governadora Benedita da Silva, no RJ, e está deixando o cargo de chefe da Assessoria Especial do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PAULO DELGADO — Natural de MG. Sociólogo com mestrado em ciências políticas, Paulo Delgado é professor e deputado federal há cinco mandatos. É vice-presidente do Parlamento Latino-Americano. Fundou o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação e foi também fundador do PT. Foi vice-líder do PT na Constituinte e um dos coordenadores da campanha de Lula à Presidência em 1989.



1ª VICE

MÔNICA VALENTE — Natural de SP. Psicóloga, é atualmente secretária de Gestão Pública da Prefeitura de São Paulo (desde janeiro de 2003). Antes (janeiro de 2001 a janeiro de 2003), foi chefe de gabinete da prefeita Marta Suplicy. Foi vice-presidente da CUT Nacional (2000 a 2003 — licenciada em 2001) e presidente do SindSaúde/SP (1990 a 1994).



MEMBRO DA CEN

ARLETE SAMPAIO — Natural da BA. Médica sanitarista, foi dirigente do Sindicato dos Médicos do DF por três gestões (de 1985 a 1994). Fundou o PT-DF e atualmente é deputada distrital, liderando neste ano a bancada petista. Foi vice-governadora do DF ao lado de Cristovam Buarque. Em 2003, foi presidente da Comissão de Educação e Saúde na Câmara Legislativa.

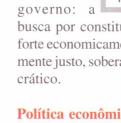
RESOLUÇÃO REITERA COMPROMISSO COM A TRANSFORMAÇÃO DO PAÍS POR MEIO DE UM PROJETO DE MUDANÇAS ESTRATÉGICAS

O Diretório Nacional do PT, reunido nos dias 17 e 18 de abril, aprovou uma resolução que reitera o compromisso do partido com a transformação do país por meio de um projeto de mudanças estratégicas e define, entre outros pontos, que o PT deve articular a defesa do partido e do governo para reforçar esse projeto. "A reunião destacou o PT como fiador do governo Lula e vai defendê-lo em todas as instâncias políticas", resumiu o presidente nacional do PT, José Genoino.

A resolução trata de temas variados e apresenta argumentos que permitem que o PT retome a iniciativa política e faça esse enfrentamento na defesa das propostas do partido e do governo. "O documento responde a todas as

questões do "ALGUMAS MEDIDAS, PT e do go-COMO A POLÍTICA verno. Nada ficou sem REGULAMENTAÇÃO resposta", disse Genoi-DAS PPPS E O NOVO no. Fica cla-MODELO DO SETOR ro, por exem-ELÉTRICO COMEÇAM plo, qual deve ser o centro do debate no partido e no TRECHO DA RESOLUÇÃO DO DN

busca por constituir um país forte economicamente, socialmente justo, soberano e democrático.



Política econômica

O partido reitera apoio à política econômica do governo Lula, que "alcançou as condições para que a prioridade seja o crescimento e a geração de empregos" e elenca uma série de iniciativas anunciadas pelo governo que vão nessa direção e que começam a sacramentar "a superação da era FHC".

Entre essas iniciativas são citadas a política industrial, a regulamentação das PPPs (Parcerias Público-Privadas), o novo modelo do setor elétrico e a política de ciência e tecnologia — vinculadas à capacitação produtiva do país —, além dos investimentos em construção civil e o aumento de recursos para o crédito popular.

Conforme defendeu o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (SP), o país avançou muito apesar de se ver obrigado a manter uma severa contenção das contas públicas como consequência herdada do modelo neoliberal. "Em um ano e três meses, desarticulamos a lógica mais importante desse modelo", afirmou, referindo-se à vulnerabilidade externa que foi contornada com o superávit inédito nas contas externas e com o recorde histórico nas exportações e na safra agrícola, para citar dois exemplos. "É preciso fazer mais, claro. Mas é preciso também ter coragem para dizer que as restrições são severas", afirmou.

A resolução trata ainda de segurança pública, de geração de emprego, da relação com os movimentos sociais e da necessidade de se criar um programa criativo de recuperação do salário mínimo, entre outras questões.

Foram apresentadas oito propostas de resolução, mas posteriormente as tendências se reagruparam em apoio a três teses principais. A tese vencedora, com 43 votos, foi a apresentada pelo Campo Majoritário, apoiada também pelas tendências Movimento PT e PT de Lutas e Massas — e que recebeu emendas para aprovação final. A tese defendida por um grupo de quatro tendências (Democracia Radical, Articulação de

> Esquerda, além das tendências de Ivan Valente e Chico Alencar e também a de Bruno Maranhão) recebeu 21 votos. Em terceiro ficou a tese apresentada pela ten-

dência O Trabalho, que recebeu 2 votos.

Outros temas

INDUSTRIAL, A

A SACRAMENTAR

A SUPERAÇÃO

DA ERA FHC."

A reunião do DN tratou também das eleições 2004. O coordenador nacional do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral), Sílvio Pereira, apresentou um panorama sobre as coligações que estão sendo negociadas para as eleições e defendeu a busca por alianças políticas dentro do arco permitido pela resolução do DN. "A direção nacional fará todos os esforços no sentido de ampliar o leque de alianças no plano municipal, a partir das capitais", afirmou.

Os dirigentes aprovaram uma resolução que define critérios para o recebimento de financiamento de campanha como forma de disciplinar o processo eleitoral do PT em todo o país. O documento reitera a proibição de recebimento de recursos para a campanha eleitoral de empresários de bingos, do jogo do bicho e de empresas ou pessoas envolvidas com mão-de-obra escrava. "É preciso ficar muito atento e combater qualquer uso da máquina. E, onde nós governamos, vamos separar a campanha de qualquer relação com a máquina", destacou Genoino.

Na reunião, ficou definido o calendário do PED (Processo de Eleições Diretas) 2005, que será no dia 18 de setembro do próximo ano.

Confira mais detalhes sobre os temas abordados e as íntegras dos textos aprovados nas próximas páginas.



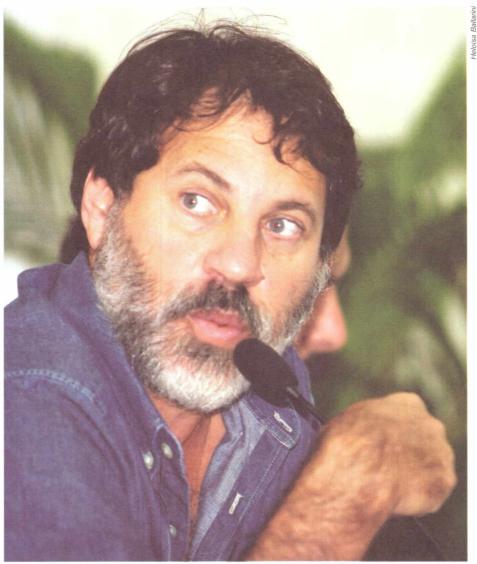
FINANÇAS

Partido reitera proibição a doações de origem ilícita

REGRAS TERÃO DE SER CUMPRIDAS POR TODAS AS INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS SOB PENA DE SOFREREM SANÇÕES DISCIPLINARES

A exemplo do que já havia sido estabelecido em resoluções anteriores, o Diretório Nacional do PT aprovou um documento que reitera a proibição de recebimento de doações por parte de pessoas físicas ou jurídicas ligadas a jogos de azar, jogo do bicho, bingos ou qualquer outra atividade ilícita ou comércio ilegal. A resolução terá de ser cumprida com rigor por todas as instâncias do partido sob pena de aplicação de sanções dis-

O documento define ainda que as doações em dinheiro serão limitadas a 10% dos rendimentos das pessoas físicas e 2% do faturamento das pessoas jurídicas. Leia abaixo a íntegra da resolução.



Delúbio Soares, secretário nacional de Finanças do PT

Resolução do DN-PT sobre finanças nas campanhas eleitorais

Em face às próximas eleições municipais de 2004, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores - PT, considerando a necessidade de um melhor disciplinamento das atividades de arrecadação de recursos nas campanhas eleitorais, resolve aprovar normas específicas sobre finanças eleitorais, que deverão ser rigorosamente cumpridas por todas as instâncias partidárias e filiados ao partido, sob pena de aplicação de sanções disciplinares. Além disso, como forma de uniformizar as atividades de arrecadação de recursos eleitorais, resolve alertar seus diretórios, comitês eleitorais e candidatos sobre as proibições legais e exigências estatutárias referentes à matéria.

1. Os candidatos deverão, para apresentação da respectiva prestação de contas, observar as normas estabelecidas no Estatuto partidário, devendo, ainda, atender às exigências contidas na Lei Eleitoral, Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e Resoluções e normas aprovadas pela instância nacional do partido.

2. É vedado ao candidato, ao comitê e à instância municipal de direção receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

a) Entidade ou governo estran-

b) Órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do poder público; c) Concessionário ou permissionário de serviço público;

d) Entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;

e) Entidade de utilidade pública; f) Entidade de classe ou sindi-

g) Pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;

h) Fundação Perseu Abramo. i) Pessoa física ou jurídica que mantenha atividades relacionadas aos jogos de azar, jogo do bicho, bingos e assemelhados, ou que mantenha qualquer outra atividade ilícita ou comér-

j) Pessoa física ou jurídica que mantenha atividades com a exploração da mão-de-obra escrava ou com menores de 14 anos. 3. A utilização de recursos recebidos de fontes relacionadas nas letras "a" até "h" do item 2 constitui irregularidade insanável da prestação de contas enviadas à Justiça Eleitoral, ainda que idêntico valor seja posteriormente restituído.

4. O recebimento, por candidato, comitê ou instância de direção, de recursos de fontes relacionadas nas letras "i" e "j" do item 2 serão passíveis de punição disciplinar.

5. Os recursos destinados às campanhas eleitorais devem respeitar os limites previstos em lei e podem ser provenientes de: a) recursos próprios;

b) doações de pessoas físicas e jurídicas na forma da lei;

c) doações de outros candidatos, comitês financeiros ou par-

d) repasse, pelas instâncias correspondentes, de recursos provenientes do Fundo Partidário; e) receita decorrente da comercialização de bens ou serviços. 6. São considerados recursos, ainda que fornecidos pelo pró-

prio candidato: a) dinheiro em espécie;

b) cheque;

c) título de crédito; d) bens e serviços estimáveis

7. Toda doação a candidato ou a comitê financeiro, inclusive os recursos próprios aplicados na campanha, deverá fazer-se mediante recibo eleitoral emitido pelo Diretório Nacional de acordo com as normas aprovadas pelo T.S.E..

8. Os recibos eleitorais são documentos oficiais que viabilizam e tornam legítima a arrecadação de recursos para a campanha, sendo imprescindíveis seja qual for a natureza do recurso, ainda que do próprio candidato, não se eximindo desta obrigação aquele que, por qualquer motivo, não disponha dos recibos.

9. O Diretório Nacional ficará encarregado da distribuição aos comitês financeiros municipais, que deverão repassá-los aos candidatos antes do início da arrecadação de recursos. O candidato que não receber os recibos eleitorais deverá retirá-los no respectivo comitê financeiro municipal, antes do início da arrecadação.

10. A arrecadação de recursos e a realização de gastos por candidatos e por comitês financeiros só poderão ocorrer após observados os seguintes requisitos, sob pena de desaprovação das contas:

a) solicitação do registro do

b) solicitação do registro do comitê financeiro;

c) obtenção dos recibos eleitod) abertura de conta bancária

específica para toda a movimentação financeira de campanha. 11. As doações em dinheiro ou

estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais ficam li-

a) no caso de pessoa física, a 10% dos rendimentos brutos auferidos em 2003;

b) no caso de pessoa jurídica, a 2% do faturamento bruto de

c) caso o candidato utilize recursos próprios, ao valor máximo de gastos estabelecido pelo PT e informado à Justiça Eleitoral até o início do prazo de registro das candidaturas.

12. A arrecadação de recursos deverá cessar no dia da eleição, à exceção da necessária para o pagamento das despesas contraídas e não pagas até essa data, que poderá ocorrer até a prestação de contas à Justiça Eleitoral.

13. O candidato do Partido fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, a administração financeira de sua campanha Na entrega da documentação para o registro da respectiva candidatura, deverá o candidato comunicar à instância partidária correspondente o número da conta bancária a ser obrigatoriamente aberta em seu próprio nome para a movimentação financeira de sua campanha eleitoral, exceto nos municípios com menos de 20.000 eleitores ou onde não haja agência bancária.

14. O candidato proporcional deverá efetuar os gastos de campanha em seu respectivo nome, assumindo individualmente eventuais dívidas daí decorrentes.

15. Os Comitês Eleitorais devem prestar contas de suas atividades às respectivas Comissões Executivas.

16. A Comissão Executiva de cada instância cuidará para que haja total transparência de todas as atividades de receita e despesa das campanhas eleitorais.

17. A Comissão Executiva Municipal deverá assegurar um mínimo de suporte e infra-estrutura a todas as candidaturas. 18. Os órgãos municipais só arcarão com as dívidas das campanhas eleitorais dos candidatos majoritários quando os gastos tenham sido expressamente autorizados pelo respectivo Comitê Eleitoral e Diretório Municipal.

19. Será constituído um Fundo Nacional de Apoio às Eleições (Funae), destinado a:

a) custear as atividades e materiais produzidos, coordenados ou distribuídos pela direção

b) assegurar um mínimo de recursos às candidaturas majori-

c) reorientar recursos conforme prioridades

20. O Funae será constituído com recursos oriundos de contribuições de apoiadores e cotas de contribuição estabelecidas para todas as candidaturas. Poderão ser constituídos fundos similares estaduais e municipais, mediante acordo prévio entre as instâncias, para a captação das contribuições.

O P I N I Ã O

Guerra na Rocinha e segurança pública

José Genoino*

A guerra do tráfico na Rocinha, no Rio de Janeiro, é um retrato dos níveis insustentáveis e inadmissíveis a que chegou a crise da segurança pública no Brasil, particularmente em alguns Estados. Ela é um indicador também da incapacidade e da impotência do poder público e das polícias em fazer frente ao problema da segurança pública e da violência. Esse tema, aliás, aparece nas pesquisas de opinião como uma das maiores preocupações da sociedade, perdendo apenas para o desemprego.

A guerra na Rocinha e a crise da segurança pública exigem das autoridades medias urgentes, um nível maior de responsabilidade e o abandono de meras veleidades políticas e de atitudes inconseqüentes de proselitismo. Antes de tudo é preciso ter clareza das delimitações das responsabilidades e das funções de cada nível de autoridade para, a partir disso, buscar uma conjugação de esforços, uma soma de instrumentos e um planejamento de ações.

A responsabilidade principal da execução da política de segurança pública cabe aos governos estaduais, através das polícias civil e militar. Estados que vêm fazendo reformulações em suas políticas de segurança pública e nas polícias, com planejamento estratégico e investimentos em inteligência, reequipamento e modernização estão alcançando resultados significativos na redução e controle da criminalidade.

Dentre esses Estados destacam-se o Acre e o Espírito Santo. Mesmo em São Paulo, os esforços que visam abordar a segurança pública com novas atitudes estão surtindo algum nível de resultados positivos. Mas, de modo geral, falta à maioria dos Estados esta resolução de urgência e atitudes voltadas para a inovação e o planejamento estratégico sobre o tema.

O governo federal também tem um nível de responsabilidade na segurança pública. O combate ao narcotráfico, ao contrabando de armas, à lavagem de dinheiro e à corrupção são tarefas precípuas da União.

Apesar de alguns êxitos localizados, o país exige atitudes mais urgentes e mais contundentes nessas áreas. Estados e governo federal precisam elevar seus níveis de parcerias no combate ao crime e à violência, principalmente em áreas críticas. O governo federal deveria capacitar a Polícia Federal para intervir em caso de necessidade nessas áreas. O uso das Forças Armadas só se justifica em casos em que a autoridade pública perde o controle da situ-

O desencadeamento de operações executivas, de caráter preventivo e repressivo, em áreas críticas de narcotráfico e contrabando, como fronteiras, portos e aeroportos, a partir de um cuidadoso planejamento sustentado sobre informações consistentes deve se constituir numa diretriz de atuação permanente do governo federal. Governos estaduais e governo da União, além de promoverem uma inovação de métodos e de instituições ligadas à segurança pública, devem aumentar sua capacidade de planejamento e de previsão, antecipando-se ao crime, superando essa fase de meras atitudes reativas, no geral, ineficientes.

No incremento das parcerias, por exemplo, a Polícia Federal e as polícias estaduais poderiam desenvolver um conjunto de ações em comum a partir de um detalhado planejamento estratégico.

O investimento e a urgência do poder público na área da segurança deve abarcar dois vértices: por um lado, com a modernização, equipamento e preparo das polícias, investimentos em inteligência, logística e em capacidade de coordenação. Por outro, mediante uma presença mais intensiva com ações sociais, principalmente, nas áreas críticas. O abandono social das periferias das grandes metrópoles e a falta de serviços públicos básicos estão criando zonas de insegurança nas quais o único poder que impera é o poder do crime orga-

Chega a ser espantoso que moradores da Rocinha lamentem e fiquem consternados com a morte do líder do tráfico, Luciano Barbosa da Silva, o Lulu, afirmando que ele representava a "estabilidade e a tranqüilidade" da favela. A ausência do Estado, a desordem urbanística das metrópoles, as carências sociais, a falta de emprego, a falta de alternativas culturais e de lazer para os jovens são alguns dos fatores que agravam a crise da segurança pública, gerando um ambiente adequado para a prosperidade do crime.

A gravidade da situação parece exigir a adoção de um plano emergencial de ação imediata entre o governo federal e os governos de alguns Estados. Esse plano emergencial poderia ser executado através de um comando conjunto de forças federais e es-

Na essência, ele depende de vontade política e da percepção de que a segurança pública não pode ser usada como um ativo eleitoral. A continuada tragédia da violência não se traduz em ganhos para ninguém. Quem mais perde é a sociedade e as famílias das vítimas.

* Presidente nacional do PT

EXPEDIENTE

PTnotícias

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Marcelo Sereno

EDIÇÃO Priscila Lambert - MTb 31085 (interina)

REDAÇÃO Claudio Cezar Xavier, Vladimir Braga e Walter Venturin

ASSESSOR ADMINISTRATIVO Rodrigo Zamprogna APOIO ADMINISTRATIVO

Rafaela Soares

DIAGRAMAÇÃO Sandra Luiz Alves ILUSTRAÇÕESS Vicente Mendonça

SEDE

Rua Silveira Martins, 132 São Paulo, SP CEP 01019-000 Tel.: (11) 3243-1313 Fax: (11) 3243-1349 E-mail: ptnot@pt.org.br Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares Fotolitos e impressão: Gráfica King

PTnotícias 3

ÍNTEGRA

Leia o texto aprovado pelo DN

NAS PRÓXIMAS QUATRO PÁGINAS, CONFIRA A RESOLUÇÃO APROVADA

I - CONJUNTURA POLÍTICA

a) Partido de esquerda, governo da mudança.

Nos últimos vinte anos, desde o fim da ditadura militar e reconquista da democracia política, a história do Brasil tem tido no PT um protagonista central na luta tenaz pela retomada do crescimento econômico e pela superação dos graves abismos sociais que exibe a sociedade brasileira como uma das sociedades mais injustas do Planeta. Ao eleger Lula, o povo brasileiro fez uma clara opção pela mudança, as urnas expressaram a vontade popular por um novo modelo de desenvolvimento que retome o crescimento, promova a inclusão social, assegure a inserção soberana do Brasil no cenário internacional e promova a cidadania.

Sabemos que falta muito ainda a ser conquistado para que o Brasil se afirme como um país efetivamente democrático. Porque a democracia não se resume ao simples direito de votar, manifestar opiniões e protestar. Não haverá democracia enquanto a dignidade seja um privilégio e não diga respeito de fato à vida das pessoas. Não haverá democracia enquanto o fruto do trabalho de todos destine-se a uma minoria, e as oportunidades de ascensão econômica, social e cultural continuem amplamente inacessíveis. A palavra-chave que resume os anseios mais profundos da grande maioria dos brasileiros é oportunidades, direito que não existirá para todos enquanto próprio benefício da lei, desigualmente administrada. E nem haverá, democracia enquanto o próprio estado de direito for uma ficção para uma parcela do povo. Nem haverá oportunidades ampliadas enquanto o acesso ao conhecimento seja vedado a quem está impossibilitado de arcar com o custo adicional do ensino pago, apesar de pagar seus impostos. Enfim, a democracia continuará ausente no Brasil enquanto o Estado, ao invés de servir ao conjunto da sociedade, continuar estruturado precipuamente para gerir os interesses estritos de uma parte.

O mandato que o povo brasileiro deu a Lula é o mandato da mudança e é precisamente pelo respeito à soberania popular manifestada nas urnas que a democracia se fortalece. Ao dizer isto, neste momento, o Partido dos Trabalhadores não quer apenas reafirmar seus compromissos históricos, quer, sobretudo, dizer que, com senso de responsabilidade, tem muito claro o alvo dos seus atos e a tarefa histórica que, uma vez no governo, cabe-lhe empreender: a tarefa de fazer da democracia um bem de todos. Este é o sentido das mudanças que estão sendo implementadas pelo governo Lula.

b) Manter a iniciativa política e aprofundar as mudanças

Todo o esforço do PT, neste momento, deve estar concentrado na superação das dificuldades e na retomada da iniciativa política. Os primeiros resultados desse esforço já estão aparecendo. Na esfera do partido, devemos manter os esforços para ampliar o leque de alianças tendo em vista as eleições municipais e o fortalecimento dos movimentos sociais. No âmbito do governo, foi tornada pública a nova política industrial, tecnológica e de comércio exterior; definiu-se o novo modelo do setor elétrico; adotaram-se medidas para a re-



Presidente nacional do PT, José Genoino, apresenta a tese do Campo Majoritário, aprovada em reunião do DN

tomada dos investimentos na construção civil; encaminharamse o projetos de lei que regulamentam as PPPs e as agências reguladoras; formulou-se o projeto de controle público de vagas nas instituições privadas de ensino superior que gozam de benefícios fiscais e desenha-se o projeto da Reforma Universitária e o programa de expansão das universidades federais; definiuse uma política ativa na implementação da reforma agrária; foram definidos investimentos públicos em saneamento e infraestrutura; intensificou-se o diálogo com os movimentos sociais em torno de suas pautas de reivindicação; abriu-se um amplo diálogo com o funcionalismo público sobre a pauta salarial; houve incremento da transferência de recursos para estados e municípios e duplicação dos recursos para a cultura, a ciência e a tecnologia, etc. Algumas dessas medidas, como a política industrial, regulamentação das PPPs, novo modelo do setor elétrico, começam a sacramentar a superação da era FHC e a configurar de forma prática o novo

modelo de desenvolvimento do Brasil. O governo Lula também fortaleceu a federação, negociando com todos os governadores e prefeitos. Repassou recursos necessários para aliviar a situação difícil de Estados e municípios e aprovou a CIDE. Vale destacar que a maioria dos entes federados não é governada pelo PT e que o governo atuou sem nenhum tipo de discriminação política ou partidária. E o presidente já anunciou que apresentará ao país no 1º de maio um conjunto de programas voltado para a geração de emprego e um novo conceito de salário mínimo que terá o maior reajuste possível dentro das ainda graves restrições nas finanças

Mais do que um Estado destituído de instrumentos aptos a promover o desenvolvimento, o governo Lula herdou um Estado que é ele mesmo um estorvo ao desenvolvimento. Herdou uma dívida pública que, entre 1994 e 2002, elevou-se de 30% para 56,5% do PIB; e uma dívida dolarizada em 49% de seu estoque e concentrada no curto prazo, o que torna necessário um superá-

vit primário que restringe a capacidade de investimento do setor público. Herdou ainda uma carga tributária correspondente a 36% do PIB, número que oito anos antes era de apenas 26% sem ampliar a abrangência e a qualidade das políticas sociais essenciais. Herdou uma taxa de juros de 26%, dada a precária estabilidade do real, exposto às pressões inflacionárias fortes e contínuas. E, entre inúmeras outras graves limitações, herdou uma situação de quase completo sucateamento da infra-estrutura econômica do país, a exigir esforços urgentes de investimento, sem os quais o objetivo de retomada do crescimento ficará dificultado.

OPT reitera seus compromissos com a ética na política e com a concepção republicana do Estado, fundada na publicização e na transparência de todos os atos do governo, na probidade com o dinheiro público e no combate aos privilégios e ao desperdício dos bens e recursos públicos. O PT e nosso governo estão empenhados em aprimorar todas as instituições que cumprem um papel essencial na fiscalização,

transparência e apuração de todo e qualquer indício de irregularidade na administração publica em todos os seus níveis.

c) O governo tem foco: liderar o país para diminuir as desigualdades e aumentar a coesão social

O governo Lula e o PT só conseguirão fazer uma inflexão na história do Brasil se persistirem com uma convicção tenaz e com todas as energias na realização prática de um objetivo sempre proclamado: a diminuição das desigualdades seculares e o aumento da coesão social do País. O governo Lula e o PT serão julgados pela capacidade de realizar ou não essa missão histórica. Sabemos que em quatro anos é impossível superar todos os abismos sociais e atender todas as carências gritantes do nosso povo. Mas em quatro anos seguramente apresentaremos uma mudança profunda no modelo de desenvolvimento, promovendo a inclusão social e revertendo o padrão histórico de desigualdades sociais de nosso país. A história de vida do presidente Lula,

toda a coerência de sua vida pública são um patrimônio fundamental para a coesão social e o impulso de mudança que sua vitória representa, inclusive internacionalmente.

O PT não pode dispersar seu foco histórico: o combate à fome e a diminuição da pobreza, das desigualdades entre ricos e pobres. Enfrentar esse desafio exige compromisso, competência e obstinação. Ele tem que se expressar como algo real. Manter uma sociedade dilacerada pelo abismo da desigualdade é o primeiro obstáculo ao desenvolvimento sustentado. O verdadeiro desafio do PT está em continuar revertendo a marcha dos últimos anos, promovendo desenvolvimento com menos desigualdade, única forma de realizarmos as grandes reformas em prol da maioria da população. O governo do PT caracteriza-se como o governo que vai fazer do Brasil o país das oportunidades. Oportunidade de trabalhar, de produzir, de empreender, de inovar, de estudar, de criar, de gerar conhecimento e tecnologia, cultura e arte. O governo petista trabalha para transformar este Estado eivado de pequenos poderes e de pequenos redutos que tiranizam a sociedade, bloqueiam o acesso aos serviços de qualidade, diminuem os direitos, travam o desenvolvimento e o progresso e impedem um verdadeiro Estado de Direito. O compromisso com os menos favorecidos, com os deserdados e com aqueles que querem trabalhar e produzir é e será cada vez mais a diretriz orientadora das ações dos petistas que estão no governo.

Neste momento, todas as condições estão dadas para que o governo complete a transição para o novo período de sua existência e garanta a governabilidade com segurança e eficiência. Trata-se de um período propício para a afirmação do caminho do crescimento sustentado, com ge ração de emprego e estabilidade macroeconômica. Trata-se, também, de um período propício para recuperar a iniciativa política e consolidação da base de sustentação política partidária do governo. Trata-se de um momento propício para garantir a unidade interna do governo, construída sobre conteúdos, propostas e projetos. Somente esta unidade será capaz de garantir a concretização dos nossos objetivos. Governar com humildade e com espírito público de quem está imbuído de uma missão são précondições da competência. Precisamos consolidar a unidade superior interna ao governo, do governo com sua base e do governo com o PT. Esta unidade é condição necessária para o êxito na tarefa de governar o Brasil e de implementar as mudanças que a sociedade espera. Vivemos um momento fecundo, capaz de intensificar a interação entre PT e governo, cada qual sabendo de suas responsabilidades específicas e dos desafios que precisam enfrentar. A hegemonia do capital financeiro é uma herança recebida da era neoliberal, em particular do governo FHC. A reversão deste quadro exigirá um determinado tempo, talvez mais que uma gestão democrática e popular. Nosso governo tem esta dimensão como uma preocupação permanente, na perspectiva de fortalecimento do setor produtivo da economia.

O PT e a esquerda vivem um momento impar de sua história no Brasil. Precisamos responder se as lutas que travamos até agora, que são as lutas dos movimentos sociais e do povo, terão, pelas nossas ações no governo, uma solução positiva. Os petistas que estão no governo preci-

ARTIGO

A hora é de crescer e gerar empregos

Aloizio Mercadante*

Nosso governo assumiu a administração do país dentro de uma crise grave e complexa, produto de desequilíbrios estruturais acumulados em diversas frentes durante o governo FHC e de tensões conjunturais que deixaram como herança um Estado endividado e fragilizado em sua capacidade de formular e operacionalizar políticas públicas, além de um elevado nível de desemprego e precarização das condições de trabalho.

trabalho. A crise de 2002 impôs restrições adicionais ao novo governo. Por isso, o esforço em 2003 voltou-se principalmente para trazer os indicadores econômico-financeiros a patamares menores e trajetórias descendentes. Depois de níveis excessivos em 2002, o risco-Brasil está em torno de 600 pontos, o dólar em R\$ 2,90, a inflação em queda, para 5,5% ao ano, e o crédito externo restabelecido, permitindo desde julho de 2003 a diminuição da taxa básica de juros em 10,50 pontos percentuais.

O combate à instabilida-

de custou o crescimento do PIB em 2003. No entanto, os indicadores de fins de 2003 e início de 2004 — vendas no comércio, safra 2003/4, evolução do PIB e do investimento — já mostram a reativação. O mercado de trabalho dá sinais ainda tímidos de recuperação, mas que tendem a se consolidar nos próximos meses.

No comércio exterior, os

resultados também são positivos. O saldo comercial em 2003 atingiu quase US\$ 25 bilhões e este ano já está em US\$ 7 bilhões, conseqüência do crescimento das exportações, que projetam para 2004 o recorde de US\$ 82 bilhões. Isto não se deve somente à desvalorização do Real, mas também às medidas nas áreas de promoção comercial, conquista de novos mercados, desoneração tributária, entre outras. O saldo comercial permitiu a reversão dos déficits nas transações correntes do balanço de pagamentos — em 2003, o superávit foi de US\$ 4,0 bilhões — e a recomposição das reservas internacionais do País, diminuindo a vulnerabilidade externa da economia.

No âmbito fiscal, o superávit primário elevado reduziu o impacto dos juros sobre o endividamento público. A dívida líquida, que em 2002 subiu 7,86%, desacelerou-se em 2003, fechando o ano em 58,2% do PIB (crescimento de 2,6%) e caindo em fevereiro de 2004 para 57,6% do PIB.

A estabilização econômica foi complementada por importantes medidas para a retomada do crescimento e do emprego. Vale destacar o fortalecimento e reorientação do BNDES, que voltou a ser um banco de desenvolvimento, financiando e apoiando setores fundamentais, como construção naval, infra-estrutura e agropecuária. Os desembolsos com recursos próprios, em 2003, cresceram 6%.

2003, cresceram 6%.

A reforma tributária também se destaca. Embora as mudanças aprovadas se distribuam em três etapas, muitas das medidas têm incidência imediata e positiva – como a desoneração dos bens de capital -, tanto em termos de justiça fiscal e consolidação do pacto federativo, quanto de estímulo aos investimentos e à produ-

ção. Além disso, outras medidas em exame no Congresso Nacional, como a nova Lei de Falências, o novo marco regulatório e as Parcerias Público-Privada (PPP), tornarão o ambiente econômico mais propício ao crescimento.

Uma mudança adicional fundamental para favorecer a expansão econômica é manter a atual meta de inflação, fixada em 5,5%, pelos próximos dois anos. Isto permitirá uma redução maior nos juros, aliviando as finanças públicas, estimulando o crédito e o investimento na economia, fatores fundamentais para ampliar o crescimento, sem perder a estabilidade.

Tais ações apontam no sentido de inaugurar um novo ciclo de crescimento sustentado da economia brasileira, dentro e como parte do qual avançar na solução dos nossos crônicos problemas sociais e na implantação de um novo padrão de inserção do Brasil na economia e no cenário internacional.

* Líder do governo no Senado

do recente.

Nº 151 — 14 a 22/4/2004

externa:

decisões de governo, enfrentando a lógica da burocratização do estado e todas as deficiências na máquina pública que herdamos, tendo presente que uma das condições do bom governo consiste em decidir com rapidez e competência. O governo deve saber combinar as exigências do tempo político, do tempo social e do tempo econômico. O desalinhamento desses tempos e de suas exigências aumenta as dificuldades. É com esta responsabilidade e com estes desafios que o PT e o governo precisam dimensionar suas ações políticas. O momento conjuntural está nos oferecendo uma oportunidade singular para o processamento de uma virada decisiva, para a recupara a restauração da esperança na condução do País para um futuro melhor. Cabe a nós, exclusivamente a nós, petistas e aliados, dentro e fora do governo, a coragem cívica de responder com competência aos desafios que estão postos.

d) Defesa dos interesses nacionais e projeção internacional do Brasil

No período FHC, o predo-

mínio do paradigma do Estado neoliberal fez com que a política externa brasileira perdesse consistência estratégica e capacidade de projetar os interesses nacionais no exterior. A subserviência às pressões dos centros hegemônicos do capitalismo mundial, a destruição e alienação de núcleos estratégicos da economia nacional, mediante processos de privatização de empresas estatais e compra de empresas privadas nacionais, e a regressão histórica do estágio de desenvolvimento do país, mediante o aprofundamento da desnacionalização das atividade produtivas e a ampliação da dependência tecnológica das empresas nacionais foram as características deste período, das que resultaram saldos comerciais negativos, enfraquecimento do Mercosul, aumento dução do protagonismo comergoverno do presidente Lula modificou radicalmente a concepção e orientação da nossa política externa, recuperando o seu histórico sentido estratégico e obtendo, em pouco tempo, expressivos

 Destacou-se nos grandes fóruns mundiais, como Davos, Fórum Social Mundial, ONU, etc., propondo temas relevantes a agenda mundial (combate à fome);

resultados:

 Contribuiu decisivamente para moderar a crise na Venezuela, afirmando, dessa forma, a sua liderança na América do Sul; Vem conseguindo êxito na re-

cuperação do Mercosul;

 Propôs alternativa viável para cionais. as negociações da ALCA em seu atual formato, tendo se transformado num pólo de oposição aos desejos de hegemonia dos EUA; Endureceu nas negociações pel de liderança entre os países petistas, com mais intensidade, em desenvolvimento;

aliança de países emergentes que pos permita reunir "massa crítica" nas negociações comerciais, especialmente nas da OMC;

moldes institucionais, da crise na Bolívia; - Recolocou a África numa posição prioritária em nossa política

a solução democrática, dentro de

 Vem obtendo êxito em suas tratativas para ingressar no Conselho de Segurança;

 Acelerou as negociações entre Mercosul e União Européia, que devem fechar acorde de livre comércio em breve;

- Vem ampliando o nosso saldo comercial e diversificando os nossos parceiros comerciais; Construiu e ampliou parcerias peração da iniciativa política e estratégicas com grandes países emergentes (China, Índia, Rússia, África do Sul, etc.); Na recém elaborada Carta de

Lima, conseguiu reunir os inte-

resses dos países da América do Sul em torno da reformulação do modo de atuar do FMI, a ampliação da capacidade de investimento das empresas estatais; Em especial, a discussão do conceito de superávit primário na perspectiva de ampliação da capacidade de investimento das empresas estatais. Iniciativa que reforçou a carta do presidente Lula a importantes chefes de Estado reivindicando estas mudanças; Deverá fechar, em breve, um acordo de livre comércio Merco-

e) Reformar as Instituições

sul-Comunidade Andina.

Democráticas Além de reafirmar seu compromisso com a ética e a moralidade públicas, o PT entende que o combate à corrupção impõe o aperfeiçoamento e a modernização democrática das instituições políticas, judiciárias, policiais, fiscalizatória e de controle. A reforma política, instituindo o financiamento público das campanhas, a reforma do Judiciário (instituindo o controle externo deste poder), o aparelhamento da Polícia Federal, a eficácia da da vulnerabilidade externa e re- Corregedoria-Geral da União, o aperfeiçoamento dos mecaniscial e diplomático do Brasil. O mos reguladores e fiscalizadores do Banco Central, das agências reguladoras e da Receita Federal fazem parte desse conjunto de medidas necessárias para modernizar nossas instituições, combater a corrupção, o crime organizado e a lavagem de dinheiro, com o objetivo de criar um ambiente econômico, social e moral adequado a uma sociedade que quer se desenvolver a partir de parâmetros corretos e civilizatórios. Nosso governo também deve, a exemplo do que implantou no PPA, aprofundar os me-

O governo Lula fez muito e tem um saldo positivo a apresentar à sociedade em termos de realizações. Mas, por defendermos um projeto de mudanças, é natucomerciais e vem exercendo paral que a sociedade cobre de nós, realizações que atendam as ne-- Criou e liderou o G+, base para cessidades do País e as carência retomada da formação de uma as do povo. Para que o governo

canismos de participação popu-

lar através de instrumentos como,

por exemplo, orçamento partici-

pativo e conselhos setoriais na-



Deputado federal Jorge Bittar (RJ)

avance nas realizações é preciso que tenha uma agenda clara, objetiva e factível de prioridades. E é preciso que oriente e confira às suas ações um sentido de projeto centralizado em torno dos seguintes objetivos: novo modelo de desenvolvimento com distribuição de renda e geração de empregos; aprofundamento da democracia com diálogo e participação social; modernização do Estado com a criação de instituições e procedimentos inovadores; justiça, cidadania, equidade e inclusão social; e inserção soberana do Brasil no contexto internacional, com a reformulação e democratização das instituições supranacionais. A afirmação desses objetivos estratégicos requer a continuidade do programa de reformas estruturais, particularmente a reforma do Judiciário, a reforma sindical e trabalhista e a reforma política. Na reforma política, não basta apenas instituir o financiamento público de campanha e fortalecer os partidos políticos. É preciso buscar um novo sistema político institucional que seja capaz de produzir maiorias políticas no próprio pro-

da no ano passado, deve ser vista como um primeiro passo de uma reestruturação tributária mais ampla do país, com vistas a introduzir a justiça tributária, a diminuir a carga tributária sobre o trabalho, a produção e as exportações, a tornar contraproducentes as práticas de sonegação. A superação da fragilidade das finanças públicas e a evolução positiva na relação dívida/PIB podem viabilizar de forma progressiva a redução da carga incidente, hoje excessivamente elevada, constitutiva de um fator que inibe o investimento e o crescimento econômico. Um sistema tributário adequado, além de viabilizar uma maior formalização da economia, deve ser entendido com um fator constitutivo de um horizonte de previsibilidade de longo prazo, estimulador do investimento. Uma das formas que

novas medidas de reforma tribudiminuição de sua incidência consiste em aplicar um choque de eficiência no gasto público. Outro aspecto relevante de novas medidas de reforma tributária deve consistir numa

tributação pro- **Ministro Luiz Dulci** gressiva sobre a renda e a riqueza. É medida de justiça tributária fazer com que setores de alta lucratividade e de concentração de riqueza contribuam com a sociedade mais do que os outros.

f) As Tarefas da Conjuntura Além de enfrentar as tarefas relativas ao processo eleitoral, o PT precisa investir mais na aproximação e reorganização de sua base social de apoio, respeitando a autonomia dos movimentos sociais e apoiando suas reivindicações legítimas. O PT não pode

prescindir dessa base histórica, pois ela representa a força organizada da sociedade, capaz de sustentar o apoio às mudanças que o Brasil necessita. O diálogo com os movimentos sociais continua sendo uma prática permanente e o governo deve atender, na medida do possível e em compatibilidade com as contas públicas, sua pauta de reivindicações. A situação no campo exige que se acelere a implementação da reforma agrária, superando com eficácia todos os bloqueios burocráticos e administrativos herdados, principalmente no Incra. Num ambiente de manutenção do diálogo com o MST, a Contag e com outros setores do campo, a sociedade postula do governo a manutenção das re-

A reforma tributária, realiza-

gras do Estado Democrático de Direito, com o bloqueio da violência, da ilegalidade e de ações ilegítimas, venham elas de onde vierem. O PT, no entanto, rejeita qualquer tentativa de criminalizar movimentos sociais. Ao mesmo tempo, no momento em que há uma reorganização das forças conservadoras de oposição ao projeto de mudanças do PT, é preciso consolidar a aliança com os setores produtivos em torno da viabilização do novo modelo de desenvolvimento para o País, que o governo já está implementando. E através da ampliação de políticas sociais universais e estruturantes, como saúde, educação e habitação, e da consolidação de políticas distributivas e de inclusão, o PT deve deixar claro o governo dispõe para gerar um para os setores excluídos o seu compromisso inarredável de proambiente propício a adoção de

> s abismos de renda e riqueza, como á estamos realizando com a instiuição da Bolsa Família, do Fome Zero e do Micro-Crédito. Trabalhaores organizados, movimentos

sociais, setores produtivos e os que almejam o ingresso no sistema de garantias e de direitos — é este bloco forças sociais que o PT deve consolidar em torno de um programa de trans-

formação do Brasil. Devido a importância da questão indígena, o PT vê com preocupação os gravíssimos problemas enfrentados pelos povos indígenas, ratifica os termos de nosso programa de governo "Compromisso com os Povos Indígenas", e propõe:

mover a inclusão social, garantir

 Apoio ao acampamento indígena organizado em Brasília pelo movimento indígena e entidades de apoio, que tem a presença de representantes de 17 etnias, em luta para o atendimento de vários de seus direitos históricos e

 Apuração rigorosa e prioritária dos assassinatos de lideranças indígenas;

 Solidariedade com os povos indígenas que vêm sofrendo a pressão de invasores sobre suas terras, submetendo várias comunidades a um clima de ameaças, terror e agressão permanente;

 Posicionamento contrário às propostas de grupos de interesses que tentam reverter os direitos indígenas inclusive no Congresso Nacional;

 Reafirmar posição contrária a qualquer proposta de redução de áreas indígenas já estudadas e

demarcadas, a exemplo da Terra Indígena Baú, do povo Kayapó, no Oeste do Pará (317 mil há de redução) que, além de inconstitucional, favorece madeireiros e latifundiários que tem interesse nas terras indígenas e nos recursos naturais nelas existentes; - Apoio ao povo Cinta-Larga, em Rondônia, e indicação para uma

ação urgente do governo no sentido de garantir os seus direitos e prevenir a ocorrência de novas violências, como a tortura do professor indígena Marcelo Kakin Cinta-Larga; Apoio à iniciativa do governo Lula de homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, condição já demarcada

dos povos Macuxi, Ingaricó, Patamona, Taurepang, e Wapichana, através da portaria do Ministério da Justiça nº 820 de 11 de Respeitando os setores da po-mantes de violência nas grandes pulação que estão nessas áreas, através do assentamento em novas terras de propriedade da União, com as medidas econômi-

e declarada posse permanente

cas necessárias para viabilizar esta política, bem como preservar os interesses nacionais na fronteira: - Promulgação da Convenção

169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) pelo governo brasileiro, já ratificada pelo Congresso Nacional; - Convocação da Conferência

Nacional de Política Indigenista. O PT reitera a necessidade de acelerar as iniciativas para a geração de emprego. É preciso ter consciência de que, mesmo que a economia cresça 3,5%, seu impacto sobre o emprego exige também políticas específicas. Novas medidas de incentivo à construção civil, investimentos em infra-estrutura e saneamento, investimentos das empresas públicas, são diretrizes que devem ser complementadas com a criatividade e a ousadia na adoção de políticas emergenciais de geração de emprego. Os índices graves de desemprego não permitem vacilações e protelações nesta área. Quanto ao salário mínimo, além da concessão de um aumento real, agora, no início de maio, é preciso que o governo adote um programa criativo de

Uma das principais preocupações da sociedade era e continua sendo a segurança pública. Embora a responsabilidade principal dessa questão caiba aos governos estaduais, o país requer medidas ativas no combate ao

sua recuperação até o final do

mandato atual do presidente

Lula. Este programa deve esta-

belecer as bases concretas nos

próximos anos.



Arlete Sampaio, Arlindo Chinaglia, José Genoino, Aloizio Mercadante e o Professor Luizinho compõem mesa inicial da reunião do Diretório Nacional, realizada em São Paulo

do, à lavagem de dinheiro, à socidades, como os que ocorrem atualmente no Rio de Janeiro, o combate à violência no transito e a construção de presídios federais são tarefas que exigem o concurso ativo do governo federal através de organismos adequados. É preciso consolidar o sistema de coordenação entre a União e governos estaduais e das respectivas polícias, capacitar a inteligência, adotar métodos inovadores visando constituir competências capazes de viabilizar uma nova política de segurança preventiva, com capacidade de antecipação, de planejamento e de execução de medidas eficazes. O esgarçamento do tecido social e os altos índices de violência, além dos custos específicos em termos humanos, morais e materiais, tornaram-se um fator contraproducente para os investimentos e para o desenvolvimento do Brasil. Implementar políticas sociais e levar o poder às áreas críticas também são ta-

narcotráfico, ao crime organiza-

ça Pública, que são importantes demais para serem implementadas apenas pelas polícias. Para evitar o descontrole geral e a barbárie que ameaça se instalar, é necessário desencadear o combate sistemático e articulado a partir de diferentes frentes simultâneas: No emergencial, a criação, nas áreas socialmente segregadas e vulneráveis, de programas de educação, cultura, saúde, esporte, urbanismo, formação profissional e geração de empregos. No nível das forças de segurança pública, impõe-se atitude de colaboração e grandeza entre os diferentes níveis da administração — federal, estadual e mu-

ambiente de prosperidade do cri-

me. A violência da criminalidade

no Brasil pode ser reduzida. Para

tanto, é preciso que os governos

nicipal — e poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário. Interlocução também entre sociedade e estado. Todos unidos contra o banditismo, combatendo inclusive a conivência com ele que existe dentro das instâncias públicas, que têm setores capturados pela criminalidade.

Outra iniciativa urgente é a — No âmbito da Reforma Tribu-



Votação das teses apresentadas durante reunião do DN

melhor não é a que mais mata, mas a que é mais competente na investigação, na inteligência, na prevenção. E que vai isolando seus segmentos corrompidos. As polícias estaduais, civil e militar, particularmente, devem se reconstruir como comunitárias, controladas pela população a quem servem e que lhes sustentam.

As Forças Armadas têm seu papel constitucional nesse esforço. Uma Guarda Costeira marinha pode combater o contrabando nos mares e portos. A Aeronáutica pode e deve ter um sistema de vigilância do espaço aéreo e campos de pouso, bem como o Exército tem logística de informação que permite desvendar os circuitos de tráfico de armas e, solicitado pelos governos estaduais, exercer funções de apoio logístico nos grandes centros urbanos e nas fronteiras, sob o comando rar e proteger os direitos das pre- de emergência econômica, foram

É decisão do governo federal implementar o Sistema Único aposentadoria de Segurança Pública (SUSP) a digna. Hoje, 40,7 ser coordenado em cada Estado milhões de pessoda federação pelo Gabinete de as com mais de 18 Gestão Integrada. O desafio, para não perecermos como sociedade, é tirar tudo isso do papel e efeti- ma previdenciává-lo na vida real.

O PT entende que a renegociação das dívidas de Estados e municípios, ocorrida no governo FHC, estabeleceu compromissos desses entes com a União que afetam significativamente suas condições fiscais. O governo Lula, com o apoio de nosso partido, tem procurado enfrentar esse problema com um conjunto de decisões que afetam positivamente as receitas desses entes. Nesse sentido, destacamos:

 A transferência de 29% da arrecadação da CIDE do petróleo para Estados e municípios; - Ampliação da base tributária

do ISS, beneficiando municípi-

a) Ampliação em 1,5 bilhões de reais por ano dos recursos federais destinados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM); b) Criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, beneficiando os estados do Nordeste com 2,5 bilhões de reais por ano; c) Emenda constitucional permitindo a criação da Taxa de Coleta de Lixo pelos municípios;

- Transferência direta aos municípios dos recursos do FNDE que antes eram retidos por muitos governos estaduais; - Nova lei estabelecendo limite para o pagamento anual de pre-

> Outra frente que carece de medidas urgentes diz respeito a ria e cambial está garantida e a tam para a recuperação da ecoiniciativas capazes de induzir a responsabilidade fiscal do go-

uma formalização maior da economia, seja no âmbito do pequeno comércio e dos pequenos empreendimentos, seja no âmbito da rmalização das relações de trabalho. Além de uma maior oferta de crédito para esses setores, o poder público precisa adotar medidas e estruturas legais e tributárias indutivas à formalização. O governo deve acelerar a implantação do Programa Especial para Pequenos Proprietários de Ativi-

dade Produtiva, viabilizando um regime jurídico especial que favoreça a formalização desses pequenos produtores, bem como a de seus empregados. A reforma da Previdência aprovada pelo Congresso Nacional e substanciada na Emenda Constitucional 41 objetiva instituir a justiça social e orçamentária, garantir a sustentabilidade do sistema, assegu-

gerações a uma vidade econômica anos de idade estão fora do siste-

senta 57,7% da população ocupada. O Diretório Ministro Olívio Dutra Nacional reafirma sil em 2003, tiveram quedas mais

os fundamentos dessa reforma e recomenda que seja feita sua regulamentação para que a política de inclusão previdenciária e justiça orçamentária se materialize.

rio o que repre-

II - CENÁRIO ECONÔMICO

a) A Conjuntura Econômica 11%. A partir do último trimestre OPT, coerente com a princido ano, os sinais de retomada de crescimento são inequívocos: o pal promessa de campanha, ex-PIB do quarto trimestre cresceu pressa no programa de governo e na Carta ao Povo Brasileiro, fir-1,5% em relação ao PIB do terceimada pelo então candidato Lula, ro trimestre. Outros indicadores, relativos aos primeiros meses de reafirma seu compromisso de im-2004 também confirmam a retoplementar no Brasil um novo modelo de desenvolvimento, com mada da atividade econômica: em geração de emprego e distribuijaneiro e fevereiro foram criados ção de renda. A Carta ao Povo 239 mil postos de trabalho com Brasileiro, ao enfatizar o comprocarteira assinada contra 120 mil misso histórico com a conquista do primeiro bimestre de 2003 da estabilidade econômica e com (CAGED). Na indústria paulista, o combate à inflação, afirmava: pelo terceiro mês consecutivo o "A volta do crescimento é o úninúmero de contratações supera co remédio para impedir que se o número de demissões. Os três primeiros meses de 2004 configuperpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixa, juro ram o melhor trimestre em termos alto, oscilação cambial brusca e de emprego industrial dos últimos aumento da dívida pública". O PT seis anos. Se é verdade que a proe Lula comprometeram-se em vidução industrial caiu de dezemabilizar as mudanças na econobro a janeiro de 2004 e de janeiro mia de forma democrática, respeia fevereiro, ocorrência normal tando os marcos institucionais. neste período do ano, o fato é que em janeiro ela cresceu 3,7% Passado um ano e três me-

ses de governo, o PT pode afirmar que a etapa mais difícil foi superada: a estabilidade monetá-

verno está consolidada. Em par-A dívida pública brasileira, ticular, a expressiva melhora das indexada ao dólar e indexada ao contas externas do País em 2003 câmbio, teve uma queda signifireduziu substancialmente um imcativa e o próprio perfil da dívida portante foco de fragilidade mamelhorou com o alongamento de croeconômica do Brasil. Todos seu vencimento nos novos conos indicadores macroeconômicos tratos, fruto da maior confiança estão estabilizados e controlados: no Brasil, proporcionada pelo goo governo baixou a inflação, baiverno Lula. O ajuste macroecoxou os juros, baixou o risco-Branômico e a melhora do perfil da sil e estabilizou o câmbio. A médívida criaram as condições para dia da taxa de juros real, que é a uma queda sustentada da relaque mais importa para a retomação Dívida/PIB, já a partir de da da atividade econômica foi, em 2004; fator que confirmará a sol-2003, de 13,2%, contra uma mévência do governo a contribuirá dia de 15,8% no período 2000/02, para aumentar a confiança no e de 21,4% no período 1997/99. país. Com a queda da relação dí-Nesse início de 2004 a taxa média vida/PIB, a melhora no perfil da do juro real está em 9,3%, a mais dívida e a criação de condições baixa do período pós-real. Embopara uma queda sustentada e sigra ainda haja avanços por fazer nificativa dos juros abre-se no — principalmente no que diz res-Brasil a possibilidade de amadupeito à redução da relação dívida recer a política fiscal, priorizando pública/PIB e à consolidação da o investimento público e possisolidez nas contas externas —, a velmente até criando condições situação macroeconômica é hoje para uma redução gradual da cara mais favorável ao início de um ga tributária. A responsabilidade ciclo sustentado de crescimento fiscal permite potencializar a poeconômico das últimas décadas. lítica monetária no sentido de Com os avanços no ajuste fiscal, contribuir para a ampliação do créna estabilização dos preços e na dito e a redução mais significatiredução da fragilidade externa va dos juros. realizados em 2003, o risco de flu-O cenário econômico que se tuações macroeconômicas fortes configura para os próximos mecomo as que ocorreram duranses indica claros sinais de reto-

te o governo anterior — é hoje mada do crescimento econômico. muito menor do que foi no passa-Esse crescimento, contudo, deverá ser ainda moderado. As pro-É preciso enfatizar que o jeções do IPEA e do mercado siprincipal feito do governo Lula nalizam, para 2004, um crescimenem 2003 consistiu em tirar o Brato em torno de 3,5% do PIB. A sil da crise que batia em suas inflação, depois de uma aceleraportas. Isto foi alcançado com ção sazonal nos primeiros meses todas as limitações impostas pedo ano, tende agora a se estabililas condições herdadas do gozar em torno do centro da meta, verno anterior. Foi alcançado de 5,5%. Com isso, se mantém a também com sacrifícios para o tendência de queda da taxa básipovo, que soube compreender a ca de juros, já sinalizada pelo necessidade da amargura do re-Banco Central a partir de março. médio aplicado para se evitar o Consolidando as melhoras nas pior. O governo acertou na escocontas externas, o superávit colha: tratava-se de bloquear e sumercial tende a ser superior ao perar a crise ou permitir que o do ano passado e o balanço de Brasil caminhasse para o desconconta corrente deverá manter-se trole. Era esta capacidade que equilibrado. O quadro geral de estava sob suspeição quando o estabilidade macroeconômica inpresidente Lula assumiu o goverdica a manutenção dos elevados no. E é este mérito que agora alníveis de atividade dos setores guns adversários querem ignolegados às atividades agrícolas, ao agro-negócio e às exportarar ou jogar no esquecimento. O PT sabe que as medidas ções, a retomada do crescimento de austeridade, em uma situação da atividade industrial e a recuperação moderada do emprego formal e dos níveis de renda. Este

em 2003 para debe-

ar a crise tiveram

como resultado a

contração da ati-

preciso notar,

no entanto, que

outros países que

aplicaram ajustes

externos como o

aplicado pelo Bra-

substantivas do PIB: Argentina,

Uruguai, Tailândia, Malásia, Co-

réia do Sul, México e Rússia tive-

ram, nos diferentes momentos de

seus ajustes, quedas do PIB que

variaram de menos 4,9% a menos

em relação ao mesmo mês do ano

passado e em fevereiro cresceu

1,8%, dados que também apon-

a pequena queb) Os desafios do desenvolvila do PIB em 2003.

sobre os investimentos privados

e sobre o Investimento Direto Es-

trangeiro, que deverão crescer.

mento e a gestão do Estado Em que pese os sinais claros da retomada do crescimento é orçoso reconhecer que ele não ocorre no ritmo desejado. Um conjunto variado de fatores tornou a construção do crescimento um processo difícil e complexo, cujas condições só serão efetivamente garantidas ao longo do tempo. O Brasil vem enfrentando uma crise no crescimento econômico há duas décadas e meia. No período que vai de 1980 a 1994, o crescimento foi limitado pela crise da dívida externa, pela crise fiscal e pelo descontrole inflacionário. A partir de 1994, com o Plano Real, o Brasil consegue controlar a inflação. Mas a estratura comercial e financeira, ao

câmbio valorizado, ao aumento permanente da carga tributária, as privatizações e as altas taxas de juros impôs um crescimento medíocre ao país e profundos desequilíbrios no balanço de pagamentos e nas contas públicas. Esse modelo está esgotado e trouxe também como consegüência, o crescimento do endividamento público, o aumento da vulnerabilidade externa do país e altas taxas de desemprego.

Um segundo feixe de razões

que podem ser identificadas

como bloqueadoras do desenvol-

vimento no Brasil diz respeito ao

desaparelhamento institucional, à

precariedade do marco regulató-

rio, às parcas garantias para os

investimentos e ao atraso cientí-

fico e tecnológico, agregado às

deficiências e insuficiências do

ensino e à baixa qualificação da

5

mão-de-obra. Esses problemas diagnosticados e estudados são conhecidos. Os sucessivos governos não conseguiram ou não tentaram resolvê-los. Cabe apenas referir que, no mundo de hoje, pela primeira vez na história, o conhecimento se tornou a principal base de produção de riqueza e renda. Os países que não enfrentam os problemas relativos à eficiência e qualidade dos sistemas educacionais, a projetos de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e à qualificação da mão-de-obra estão condenados a perder a corrida para o futuro. É este contexto estratégico que o Brasil precisa definir para implementar um novo modelo de desenvolvimento, levando em conta a disputa por espaços e mercados que se trava hoje entre os países desenvolvidos e os países emergentes do eixo Estados Unidos-Europa-Ásia. Precisamos reconhecer que em termos de importância econômica e participação no comér cio mundial, o Brasil, como de resto a América Latina, se situa ainda fora do mapa econômico do

O desafio do desenvolvi-

mento, no Brasil, está implicado

também com uma questão de

mundo.

conteúdo. As sociedades prósperas de todos os tempos combinaram boa organização social, equiquadro positivo deverá refletir-se liberdade política e econômica. Sociedades com elevadas desigualdades sociais e baixa organização social mostram-se incapacitadas para o desenvolvimento. A dinâmica do desenvolvimento no Brasil tem se definido por geração de polaridades: concentração de renda e riqueza de um lado, e produção de pobreza e exclusão, de outro. Basta dizer que apenas 2,4% das famílias detêm 33% da riqueza nacional. O segundo pólo vem acompanhado pela precariedade de garantia dos direitos civis, por uma regressão na garantia dos direitos sociais (ao menos na última década) e por um bloqueio ao acesso ao consumo. Para o PT o desenvolvimento deve ser capaz de remover as principais fontes de privação do ser humano, tais como: a pobreza, a ausência de oportunidades econômicas, a carência dos diretos de propriedatégia de crescimento com pou- de e de habitação, a precariedapança externa, associada à aber- de das rendas, o não acesso ao

alimento e ao consumo, a insufi-



A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy

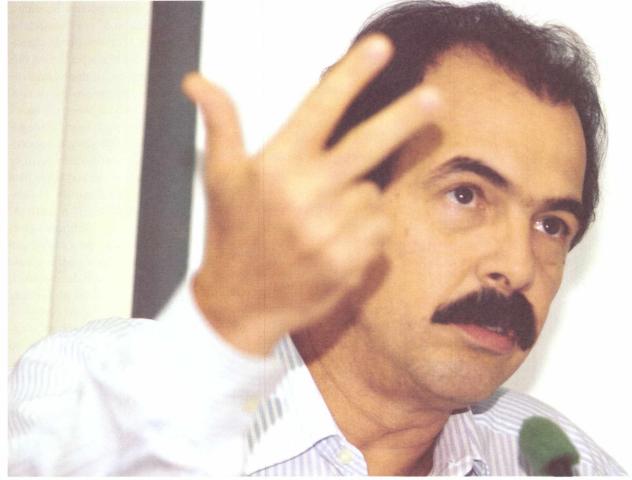
ciência e a não universalização dos serviços básicos e dos serviços públicos etc. O desenvolvimento deve significar garantia de direitos, cidadania e suporte material para a vida. Desenvolvimento deve significar garantia de acesso à renda e ao direito de trabalhar. Desenvolvimento deve significar a promoção da igualdade racial e a garantia de acesso a renda e ao emprego, principalmente para mulheres e jovens.

A promoção do desenvolvimento requer também uma clareza de funções do Estado e do governo na sua promoção. Na última década disseminou-se no Brasil a idéia de que basta ao Estado garantir apenas as condições de estabilidade econômica e de competitividade e um ambiente adequado para os negócios. Para esse pensamento, o desenvolvimento é obra exclusiva do mercado. O PT discorda da concepção neoliberal que reduz o papel do poder público a de um simples espectador na promoção do desenvolvimento. O PT entende que a construção de um novo modelo de desenvolvimento deve ser um projeto conjunto do Estado e da sociedade. Cabe ao Estado o papel de indução, fomento, regulamentação da economia e proporcionar uma infra-estrutura adequada, seja com investimentos próprios, seja através de parcerias com o setor privado.

O novo protagonismo do

Estado e do governo no desenvolvimento e na economia implica que ambos se concentrem mais nas funções de planejamento, coordenação de processos e atores, regulação e fiscalização, indução e apoio através da disponibilização de financiamentos, incentivos para algumas áreas, fornecimento de ativos em ciência e tecnologia, melhoria dos sistemas educacionais e de saúde, programas de agregação de valor, apoio à inovação e ao empreendedorismo e busca de novos mercados internacionais. O novo protagonismo comporta também uma aposta no desenvolvimento local e regional. A estratégia do desenvolvimento local e regional deve ter como objetivo reterritorializar práticas onômicas e produtivas, definir e reforçar o sentido de espaço e comunidade, apoiando e estimulando iniciativas de economia solidária e a criação de mecanismos de organização dos trabalhadores em associações, cooperativas, etc. O desenvolvimento local e regional comporta o reforço de uma série de atividades microeconômicas, tais como: reforçar as atividades produtivas de pequena escala ligadas às micros e pequenas empresas; apoiar e induzir a articulação das cadeias produtivas locais e regionais e estruturar novas cadeias; investir em aglomerados de negócios e arranjos produtivos; interligar os mercados regionais e intensificar intercâmbios comerciais e os fluxos de turismo; interligar regiões com logística e infra-estrutura e redes de serviços de saúde, educação e segurança, levando sempre em conta as vocações econômicas e culturais locais e regionais. A diminuição das desigualdades regionais no Brasil também deve ser um dos objetivos dessa estratégia.

O novo protagonismo do Estado requer também uma postura agressiva do governo na organização da economia orientada para as exportações. Produzir um choque de valor agregado nesses setores produtivos, apoiá-los com informações estratégicas sobre o comércio mundial e novas oportunidades nos mercados externos, garantir-lhe condições adequadas de infraestrutura e logística, apoiá-los com uma ativa diplomacia comercial, prepará-los com informações adequadas sobre as novas regras e exigências do comércio internacional (regras da OMC) e abrir novos mercados ainda inexplorados, são funções que o Estado e o governo precisam desenvol-



O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, defendeu a atual política econômica do governo Lula

ver com eficiência para que o Brasil possa ampliar ainda mais seu superávit comercial e supere a vulnerabilidade externa. Um aspecto relevante para o sucesso do Brasil no comércio internacional está relacionado à capacidade de multinacionalização de grupos e empresas nacionais. Neste ponto, o Estado e o governo também são chamados a desenvolver um papel pró-ativo, coordenando processos com empresas e grupos de empresas, com a busca e fornecimento de informações estratégicas acerca de mercados e oportunidades internacionais e com a promoção, tanto no Brasil quanto no exterior, de eventos de negócios. Esta dimensão de uma intensa atuação internacional do Estado e dos empresários brasileiros é fundamental para contrabalançar o impacto estratégico que a economia global produz sobre nossa economia nacional.

O novo protagonismo do Estado e do governo requer também uma ação voltada sobre si mesmo. Uma reforma gerencial e administrativa, capaz de supea ineficiência e de suprir o Estado com uma nova institucionalidade e capaz de dar conta da nossa contemporaneidade, é desejável e necessária. Mas é preciso atentar para o fato de que essa reforma só poderá ser feita de forma progressiva ao longo do tempo, sob pena de paralisar o funcionamento do Estado e do governo por completo. O Estado está permeado por organismos internos, espalhados pelos vários ministérios, com funções concorrentes, superpostas, sobrepostas, paralelas e contrapostas. O resultado dessa inadequação e desorganização é a morosidade no processo de tomada de decisões e na execução, a ineficiência e a paralisia burocrática.

O mecanismo que o governo dispõe hoje para enfrentar a inabilitação, o anacronismo e a paralisia do Estado consiste em conferir uma dinâmica transversal às ações governamentais a partir de projetos. A transversalidade deve ter sempre como foco em projetos definidos e deve ser complementada com a centralização e comando políticos de ministros para que decisões ágeis sejam tomadas. O governo pode investir também na recriação de instituições inovadoras e capacitadas a responder os desafios do presente, a exemplo do que fez com a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e do próprio Ministério do Desenvolvimento Social. Esses novos organismos estão aptos a aumentar a capacidade de coordenação e de responder com iniciativas mais eficazes em suas respectivas áreas. O governo deve investir na recuperação dessa capacidade de planejamento e coordenação estratégicos, com vistas a produzir prioridades, previsões, determinar focos e acabar

com a dispersão governamental, produtora da irrelevância e da inconsequência. O Governo precisa aprofundar e amplificar todas as suas ações orientadas para a profissionalização de suas funções. Profissionalização que é incompatível com a incompetência e a ineficiência, pois são gargalos fundamentais para fazer o Estado trabalhar para a sociedade, e não o contrário. Essa visão profissional de governo, de recomposição do poder estruturante do Estado, de inovação e de integração constituem a clara visão política do horizonte a ser perseguido.

Outro grande desafio do desenvolvimento está relacionado a produção e difusão de conhecimento: educação, ciência e tecnologia. Vivemos num País, onde menos de 5% da população têm formação universitária. Mais de 50% dos jovens que terminam o ensino fundamental não completam o ensino médio. A qualidade da educação do Brasil, no ensino fundamental e médio, apresenta níveis desastrosos. Em um País com desigualdades e carências brutais como o nosso — que precisa encurtar as distâncias para o futuro e que necessita qualificar melhor os seus jovens, tanto para o trabalho quanto para o empreendedorismo — deve focar suas prioridades em dois pontos: a) melhoria da qualidade do ensino público em todos os níveis; e, b) formação massiva e qualificação dos jovens, universalizando o ensino médio. Esse foco, inclusive, deve ter como objetivo subsidiário a manutenção dos jovens por mais tempo na escola para que, por meio da educação e qualificação, possam ampliar sua ci-

c) Pré-Condições do Desenvolvimento

É tarefa fundamental do governo garantir pré-condições para o desenvolvimento. Essas pré-condições são de várias ordens. Do ponto de vista macroeconômico destacam-se a estabilidade monetária e de preços, a sustentabilidade fiscal e a manutenção de uma situação sólida nas contas externas. O governo avança também em garantias jurídicas,

○ Visa ○ Mastercard ○ Diners

Número do cartão:

Data de validade: ___/__/_

eficiência institucional, crédito abundante e acessível, juros adequados, marco regulatório autônomo e eficiente e submetido ao controle público, modernas e não onerosas condições de infra-estrutura e logística e condições de competitividade entre as empresas e setores da economia. Somente com a solução urgente dessas pré-condições o governo conseguirá criar um horizonte de previsibilidade e de confiança para os investidores privados, nacionais e estrangeiros.

O Brasil não pode retardar o desatamento desses nós legais e institucionais, constitutivos das pré-condições do desenvolvimento. Devemos priorizar o encaminhamento e aprovação de medidas tais como: o projeto de Parceria Público-Privadas (PPPs); a definição do novo marco regulatório com a legislação sobre agências reguladoras; a Lei de Falências; o Projeto de Lei que garante a participação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência no sistema financeiro (PL 3065/04); a definição e regulamentação da Central de Risco de Crédito e Portabilidade de Cadastro (BC) permitindo ao consumidor dispor de informações bancárias para utilizá-las para obter menores tarifas; Cadastro Positivo, disponibilizando informações sobre consumidores para que possam ser beneficiados pela concorrência; Projeto de Lei sobre Crédito Imobiliário e Securitização definindo regras claras para proteger os mutuários contra a falência de incorporadoras; Melhoria da Legislação sobre diversas modalidades de crédito, visando aumentar a disponibilização de crédito com menores spreads; estímulo à poupança e Conta Investimento. Essas medidas foram desencadeadas mas devem respeitar a dinâmica pró-

d) Política industrial: Inflexão na economia com inovação institucional

pria do processo legislativo.

O lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), representa um passo mais concreto, na implementação do novo modelo de

desenvolvimento econômico e social, prometido pelo governo Lula e pelo PT. Representa a superação do impasse dos últimos 25 anos em torno da incapacidade do país em encontrar um caminho para o desenvolvimento. Ela requer ainda complementações e aperfeiçoamentos. Expressa também uma diferenciação inequívoca em relação ao governo anterior, que não soube oferecer ao Brasil os balizamentos concretos e necessários para a retomada do desenvolvimento. A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior provocará o impacto necessário no sistema produtivo com a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, orientada para a coordenação e execução da política industrial, a partir da unificação na prática do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), da Casa Civil e do Ministério do Planejamento, além de integração do BNDES, do BB, CEF e demais órgãos governamentais, em diálogo permanente

com o mundo empresarial. Para a implementação da Política Industrial, a criação de uma nova institucionalidade é o primeiro passo para superar o conservadorismo e o desperdício de recursos do Estado. Trata-se de uma decisão necessária para a reconstituição do poder estruturante do Estado brasileiro, de sua capacidade de interferir democraticamente na vida social. Pela sua ação delineadora de um novo País e potencializadora dos esforços governamentais, a política industrial deve mostrar-se capaz de colocar forças sociais em andamento e orientar a ação governamental, de modo a dar consistência a uma política de Estado. A política industrial constitui-se, desse ponto de vista, como uma linha de atuação inédita na história do país, sujeita, portanto, às acomodações e incertezas institucionais. O motor desse engenho, porém, é a disposição de praticar uma política pró-ativa, de relacionamento saudável com o setor produtivo, para além dos lobbies tradicionais em

nossa trajetória. Por isso mesmo, a política industrial, assim concebida, significa uma ruptura com as práticas que predominaram nos anos 90, distinguindo o governo Lula das diretrizes da última década. Do ponto de vista da ação prática, a implementação da Política Industrial é sinal de um novo modo de governar, que só adquire consistência quando o Governo define suas prioridades, hierarquiza sua intervenção pública e concentra seus instrumentos. Ao decidir o quê, como e quando fazer, o Governo contraria, antes de tudo, a lógica atual da máquina pública, desdobrada em centenas de programas e órgãos voltados para atender demandas pontuais, que muitas vezes geram dispersão e desper-

Agora a política industrial a ser implementada demonstra que o Brasil tem um governo diferente, que veio para modernizar radicalmente o nosso parque produtivo, aumentando nossa eficiência e competitividade. É preciso fazer interagir a macroeconomia, com a política industrial, com as exigências modernizadoras da microeconomia e com a inovação institucional para que o novo modelo econômico e social do País se consolide, sem os cacoetes e a rigidez monetarista. Com a apresentação da Política Industrial o governo está diante da oportunidade singular de imprimir uma inflexão histórica à economia, reafirmando o lugar pró-ativo do Estado na definição das diretrizes do desenvolvimento. A política industrial está recusando na prática e a inação elevada a status ideológico dos anos 90. Permitirá que os ajustes da macroeconomia sejam feitos de forma concomitante à implementação de uma proposta de desenvolvimento. Além da política industrial strictu sensu, o estímulo aos investimentos requer a alocação de recursos em infra-estrutura e áreas-chave, de modo a desafogar a produção e viabilizar o crescimento. O conjunto dos Ministérios deve adquirir mais fluidez para implementar investimentos e estar menos submetido aos trâmites paralisantes da burocracia. A Política Industrial está orienta da para a futura sociedade do conhecimento, permitindo conjugar esforços da área produtiva com o sistema educacional e com a Ciência e Tecnologia. O que se requer agora é capacidade de coordenação e de execução, com inovação de gestão, de processos e de produtos.

O Diretório Nacional do PT

Articular a defesa do PT e do nosso governo, com o objetivo de reforçar o nosso projeto de mudanças estratégicas para o país, defendendo as realizações do governo Lula, frente à realidade em que governamos e às dificuldades que encontramos. Essa iniciativa do partido deve se realizar em todas as frentes de atuação, em plenárias e seminários de filiados, em todos os Diretórios Municipais e Zonais, em reuniões com os diversos segmentos da opinião pública, bem como os parlamentares e o movi-

mento sindical e popular. São Paulo, 17 de abril de 2004

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

CUPOM DE ASSINATURA S	Assinatura anual: R\$ 50,00	
Assine o PT Notícias e fique sabendo tudo o que acontece com o nosso partido e com o governo Lula. Quinzenalmente, o PT Notícias chega à sua casa, para deixar você por dentro do que é importante. Basta preencher este cupom, escolhendo a	Nome	
melhor forma de pagar.	ProfissãoTel	
PARA FAZER A SUA ASSINATURA:	CEP Cidade	
1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.	Estado CPF	
2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu	E-mail	
Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5	Sexo: Masculino Feminino Filiado(a) ao PT: Sim Não Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo	
(Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito) 3) Cobrança bancária.		
4) Cartão de crédito:		

ELEIÇÕES 2004

GTE apresenta painel de coligações

PELO CENÁRIO ATUAL, PT TERÁ CANDIDATO PRÓPRIO EM 24 CAPITAIS. PCDOB DEVERÁ SER O MAIOR ALIADO DO PARTIDO NOS MUNICÍPIOS

O coordenador nacional do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral), Sílvio Pereira, apresentou aos membros do Diretório Nacional do PT, no dia 17 de abril, um panorama sobre as coligações que estão sendo negociadas para as eleições 2004. Até agora, segundo seus dados, o PT lançará candidatos próprios em 24 capitais — só não está definido o processo em Manaus (AM) e Boa Vista (RR). Nos 91 municípios acima de 150 mil eleitores, o PT lançará candidatos em 78 cidades, o que representa 85,7% dos municípios.

De acordo com o panorama atual, que ainda pode ser alterado, o maior aliado do PT nesta eleição deverá ser o PCdoB. Segundo o estudo elaborado pelo GTE, há grandes possibilidades de o partido comunista se coligar com o PT em ao menos 16 capitais. Caso o cenário permaneça como está hoje, o PCdoB só disputará com o PT em três capitais — Fortaleza, Teresina e João Pessoa (confira outras informações sobre as coligações no quadro ao lado).

Equacionamento

Pereira lembrou que, nas eleições municipais de 2000, o PT lançou 1.316 candidatos a prefeito, mas praticamente a metade (47,5%) não chegou a alcançar 10% dos votos válidos. "Por isso, recomendamos que se faça uma análise aprofundada sobre a viabilidade dos candidatos antes de definir pela cabeça de chapa",

afirma Pereira. "Ainda há tempo. Caso a análise conclua que as chances são remotas, defendemos que o PT busque se aliar a um outro partido da base de apoio ao governo Lula, buscando um melhor equacionamento político-eleitoral."

O GTE nacional irá intensificar as negociações em nível nacional com os partidos da base de apoio ao governo federal e recomendar aos diretórios estaduais que avancem e aprofundem as negociações em cada Estado.

Sílvio Pereira reiterou que os objetivos prioritários do partido neste momento são ampliar e consolidar as alianças municipais e elaborar e aprofundar as propostas para as cidades que o PT quer governar. Além disso, todas as instâncias do partido devem auxiliar na tarefa de dar visibilidade política aos candidatos petistas.

Nesse sentido, o GTE nacional anunciou a publicação do caderno "Diretrizes de Programa de Governo", que deve embasar as propostas para os municípios. Será lançada ainda, durante a Conferência Nacional de Estratégia Eleitoral — que ocorrerá em São Paulo nos dias 13, 14 e 15 de maio —, a revista "Experiências Exitosas dos Governos Municipais do PT", em parceria com a Fundação Perseu Abramo, que servirá também para orientar os candidatos na elaboração de suas propostas para os problemas dos municípios.



O coordenador nacional do GTE, Sílvio Pereira, apresenta o panorama atual de coligações nos municípios

- ★ O PT está lançando candidaturas próprias em 24 capitais. Nas outras duas (Manaus e Boa Vista) ainda pode vir a lançar
- ★ Nos 91 municípios acima de 150 mil eleitores, o PT lança candidatos em 78 municípios (85,7%)
- ★ O PCdoB continua a ser o mais fiel dos parceiros do PT
- ★ O PT negocia com o PMDB em 14 capitais, com média probabilidade de sucesso
- * PSDB e PFL se confirmam como os principais adversários do PT.

13 municípios em que o PT deve apoiar outro partido:

Candidatura própria ou bloco PPS/PL/PSB/PCdoB/PMDB
PDT
PDT
Candidatura própria ou PL
PCdoB
Candidatura própria ou PDT
PMDB
PSB
PTB
Candidatura própria ou PSB ou PPS
Candidatura própria ou PDT
PPS
PMDB

Número de capitais onde temos atualmente probabilidade alta, média ou baixa de coligar

	Probabilidade de coligação		
Partido	ALTA	MÉDIA	BAIXA
PCdoB	16	7	3
PMDB	0	14	12
PPS	4	9	13
PL	5	7	14
PSB	7	5	14
PTB	2	7	17
PDT	0	8	18
PP	0	4	22
PSDB	0	2	24
PFL	0	1	25



O Diretório Nacional do **2.** A inscrição de chap

Confira o calendário do PED 2005

PT aprovou o novo calendário do Processo de Eleições Diretas (PED) 2005, que será realizado no dia 18 de setembro do próximo ano. Confira o documento com as datas:

Calendário do Processo de Eleições Diretas 2005

Considerando o parágrafo 1º do artigo 35 do Estatuto do PT, que determina a responsabilidade do Diretório Nacional para estabelecer o calendário para o Processo de Eleições Diretas (PED) e a Resolução do DN de 15/03/04, que alterou a data de realização do PED para o mês de maio de 2005;

Considerando que o início do processo eleitoral interno se dá com a inscrição de chapas e teses nacionais, que deve ocorrer 120 dias antes em nível nacional, no caso em janeiro de 2005, quando estaremos recém saídos das Eleições 2004, com muitos municípios em fase de transição de governo municipal; O Diretório Nacional do PT,

RESOLVE:

1. Define a data de 18 de setembro de 2005 para a realização da eleição das direções zonais, municipais, estaduais e nacional do PT, bem como seus respectivos presidentes, conselhos fiscais, comissões de ética e delegados aos encontros zonais e municipais.

- 2. A inscrição de chapas e de nomes para o cargo de presidente, bem como a entrega das teses, deverá ser feita perante a Comissão Executiva correspondente, observando-se os seguintes prazos:
- ★ Até 21 de maio de 2005 em nível nacional – 120 dias antes
- ★ Até 20 de junho de 2005 em nível estadual – 90 dias antes
- ★ Até 20 de julho de 2005 em nível municipal e zonal – 60 dias antes
- 3. Observadas as demais normas estatutárias pertinentes, poderão votar e ser votados no PED 2005 os filiados ao partido até o dia 18 de setembro de 2004.
- 4. Nos municípios que tenham sua Comissão Provisória constituída após 18 de setembro de 2004, os filiados só poderão votar na eleição das respectivas direções e delegações municipais, exigindo-se, nesse caso, filiação até 22 de março de 2005 para votar e ser vota-
- 5. As listas de votantes serão elaboradas pela instância nacional a partir do Cadastro Nacional de Filiados, e nelas serão incluídos os filiados que atendam os critérios previstos nos itens 3 e 4, cujos formulários de filiação tenham sido postados para o DN até o dia 22 de outubro de 2004 no caso do item 3, e até dia 22 de abril de 2005, no caso do item 4.

DN debate caso de Fortaleza

O Diretório Nacional do PT aprovou uma resolução em que orienta o Diretório Municipal de Fortaleza a considerar, na tática eleitoral do partido no município, os objetivos estratégicos nacionais do PT, "que incluem a necessidade de aliança com os partidos da base aliada, em especial o PCdoB".

O PT de Fortaleza optou por lançar candidata própria à prefeitura — a deputada estadual Luizianne Lins —, mas a direção nacional defende que o PT apóie o PCdoB, que lançou o deputado federal Inácio Arruda a candidato a prefeito.

"Não há proposta de intervenção da direção nacional no processo eleitoral em Fortaleza. O que vamos fazer é um convencimento político com o PT de Fortaleza dar um apoio ao candidato do PCdoB", ressaltou o presidente nacional do partido, José Genoino.

O Diretório Nacional delegou à Executiva a tarefa de encaminhar junto ao Diretório



José Genoino



Luizianne Lins

Leia a íntegra do documento:

Resolução sobre Fortaleza

O Diretório Nacional do PT, reunido em 18 de abril de 2004, decide:

1. Orientar o Diretório Municipal de Fortaleza a considerar, na tática eleitoral do partido, no município, os objetivos estratégicos nacionais do PT, que incluem a necessidade de aliança com os partidos da base aliada, em especial o PCdoB.

2. O Diretório Nacional do

PT delega à Comissão Executiva Nacional a tarefa de encaminhar junto ao Diretório Municipal de Fortaleza a discussão sobre a unidade das esquerdas.

3. A Comissão Executiva Nacional encaminhará ao Diretório Nacional para decidir os encaminhamentos relativos a tática eleitoral em Fortaleza.

Diretório Nacional do PT

Municipal de Fortaleza a discussão sobre a unidade das esquerdas no município. A Executiva, por sua vez, remeterá ao DN a decisão sobre os encaminhamentos relativos à tática eleitoral na capital cearanse.

Durante a reunião do DN, Luizianne apresentou os resultados de uma pesquisa que indica que ela estaria em terceiro lugar na corrida à prefeitura, com 8% dos votos em Fortaleza. "Acho que temos chance de ir para o segundo turno e ganhar", afirmou ela, que quer disputar com a cabeça de chapa na capital, que não tem candidato próprio há oito anos.

O coordenador nacional do GTE, Sílvio Pereira, pediu que o PT de Fortaleza levasse em conta as necessidades do partido não apenas em nível local, mas nacional. "Para as eleições deste ano, o PCdoB estará conosco possivelmente em 90% nos municípios. Temos que levar isso em conta", disse Pereira.

E L E I Ç Õ E S 2 0 0 4

PT lança Comitê de Empresários

INTENÇÃO É FORMAR UMA REDE COM CERCA DE 20 MIL EMPREENDEDORES EM TODO O PAÍS APOIANDO E PARTICIPANDO DAS CAMPANHAS PETISTAS

O PT lançou, no dia 17 de abril, o Comitê Nacional de Empresários, que terá como objetivo apoiar as candidaturas petistas, angariar recursos para as campanhas e, acima de tudo, participar da discussão de políticas públicas para embasar os programas de governo municipais do PT.

Segundo José Carlos Almeida, coordenador do comitê, a criação do grupo de empresários militantes é um "marco representativo na vida política pela parceria do empreendedorismo aplicado à vida político-partidária."

O comitê nacional é formado por 50 empresários entre eles, 27 coordenadores estaduais e o restante representantes da capital e do interior de São Paulo. Todos os Estados também já formaram seus comitês regionais de empresários. A idéia é irradiar a iniciativa para os municípios, que também devem criar seus comitês. De acordo com Almeida, a previsão é de pelo menos quatro empresários por comitê, em cada uma das instâncias, formando uma imensa rede de 20 mil participantes em todo o país. Em São Paulo, o coordenador do comitê será o empresário Lawrence Pih, proprietário do

Moinho Pacífico, o maior moinho de trigo da América Latina e um dos maiores exportadores de trigo do mundo.

O lançamento reuniu cerca de 150 pessoas, a maioria empresários, e contou com a presença dos ministros Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência), Olívio Dutra (Cidades) e Waldir Pires (Controladoria Geral da União), do prefeito petista de Goiânia, Pedro Wilson, e dos secretários nacionais do PT Paulo Ferreira (Secretaria de Assuntos Institucionais), Delúbio Soares (Finanças) e João Felicio (Sindical).

Waldir Pires se mostrou otimista com o alcance da ação. "Nunca tivemos uma articulação desta envergadura para o desenvolvimento no rumo de uma grande nação como agora", afirmou. "Precisamos ganhar as eleições para organizar a solidariedade, dirigir a sociedade politicamente com horizonte de inclusão e desenvolvimento."

De acordo com Delúbio Soares, o comitê será um espaço de debate do projeto de desenvolvimento do partido, "para quando não estiver sendo aplicado como o desejado". "Só tem sentido ganhar o governo se for para governar para todos", disse. A valorização de quem trabalha e de quem produz é, para o dirigente, uma marca das administrações petistas. Ele ressaltou a igualdade de vozes de empresários e sindicalistas no PT e o caráter empreendedor das administrações petistas.

A presidente do Instituto Florestan Fernandes, Maria Tereza Augusti, foi convidada pelo GTE nacional para participar da elaboração de metodologias para programas de governo, com a finalidade de dar identidade conceitual às candidaturas petistas. Maria Tereza agradeceu o convite e citou a gestão democrática, a participação cidadã, o controle social e o desenvolvimento local e regional como alguns dos eixos centrais dos programas de governo.

O prefeito Pedro Wilson também manifestou apoio à iniciativa, destacando a necessidade de uma aliança empresarial-partidária para além das eleições "se associar a um projeto de desenvolvimento". Ele falou das dificuldades dos municípios e citou a Prefeitura de São Paulo como exemplo de um salto qualitativo que pode ocorrer nesta eleição. "É preciso saber comunicar nossas realizações."



O lançamento do comitê contou com a presença de ministros e lideranças petistas

Pih comandará grupo paulista

O empresário Lawrence Pih, um dos maiores exportadores de trigo do mundo, foi nomeado coordenador do Comitê de Empresários de São Paulo, Estado com a maior concentração empresarial do país. Pih, que apóia Lula e o projeto petista de governo e expressa publicamente sua posição desde 1986, acredita que as eleições municipais são uma oportunidade de consolidar o apoio ao governo Lula.

Pih assume a tarefa de obter os apoios empresariais num momento de turbulência internacional nos mercados, o



Empresário Lawrence Pih

que, em sua opinião, justifica a cautela da equipe econômica do governo. Ele aponta a sinalização de aumento nos juros norte-americanos e o agravamento da crise no Iraque como fatores que devem influenciar a economia brasileira. "Apesar disso, o Banco Central tem mantido uma trajetória de queda nos juros". O empresário pondera que "não adianta baixar muito os juros, agora, se tiver que aumentar depois".

Pih citou a desoneração da cesta básica como uma proposta petista que seduz os empresários. A proposta funciona como um programa de distribuição de renda. "Ao reduzir impostos desses produtos, há uma alavancagem desse mercado em todo o país", explica.

GOVERNO

Investimento em saúde bucal triplica em 2004



Lula, no lançamento do programa em Sobral, no Ceará

A Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) — Brasil Sorridente —, lançada pelo Ministério da Saúde, receberá R\$ 1,2 bilhão de investimento até o fim de 2006. Este ano, os recursos destinados ao atendimento bucal pelo Sistema Único de Saúde (SUS) quase triplicaram, passando de R\$ 84,5 milhões, gastos em 2003, para R\$ 238,2 milhões, valor que será aplicado este ano. Até 2006, a verba deverá crescer quase sete vezes, atingindo R\$ 553,2 milhões. A política nacional está baseada em ações simples (fluoretação da água, ampliação de equipes, melhoria dos salários, entre outras), mas que demandam investimentos.

O plano de metas do Brasil Sorridente inclui, entre outras ações, a distribuição, em parceria com o Ministério da Educação, de 2 milhões de kits já neste ano para 500 mil alunos da rede pública de ensino. O kit é composto por es-

cova e creme dental e, se usado com regularidade, previne quase que totalmente a incidência de cárie.

Uma das metas é implantar, até o fim de 2006, a fluoretação — que previne a incidência de cárie — em todos os municípios que têm estações de tratamento e distribuição de água, mas ainda não utilizam o flúor. São aproximadamente duas mil cidades. Atualmente, 2.300 municípios já dispõem de flúor na água que sai das torneiras. O programa Brasil Sorridente também prevê a construção de 400 centros odontológicos em municípios estratégicos, que servirão de referência para as suas regiões. Nesses locais, será prestado atendimento odontológico especializado, periodontia (doenças da gengiva), cirurgias odontológicas, tratamento de lesões bucais (auxílio no tratamento de câncer bucal), endodontia, ortodontia e próteses.

Nordeste vai fornecer petróleo verde

A ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, inaugurou, no final de março, o primeiro núcleo de produção de mamona do Piauí, localizado no município de Canto do Buriti (435 km de Teresina). "Nós vamos extrair petróleo verde das terras do Nordeste", afirmou a ministra

A cerimônia foi o pontapé inicial para a produção de biodiesel a partir da mamona, uma experiência pioneira no país que tem no Piauí o marco inicial. A solenidade também representou um marco da nova era para desenvolvimento sócio-econômico do país, inserindo o Brasil entre os grandes países que têm buscado na agri-



Dilma Rousseff lança programa no Canto de Buriti (PI)

cultura familiar o modelo para o crescimento da nação.

Para se ter uma idéia da dimensão do programa, esta é a primeira vez que governo federal, governo do Estado, iniciativa privada e trabalhadores rurais se unem num projeto que visa a gerar 3.000 empregos diretos apenas no Piauí, fixando o homem no campo, com responsabilidade social e com vistas à preservação do meio ambiente. O investimento beira a casa dos R\$ 60 milhões. "Este programa tem de dar certo porque ele será um dos modelos de implantação do biodiesel no Brasil", destacou a ministra.

A meta é reduzir a importação, neste caso, do diesel. Dilma esclarece que 30% do abastecimento interno de diesel é importado de outros países. Segundo a ministra, o biodiesel é fundamental também porque pode combinar produção e energia barata, além de ser econômica e ecologicamente correto, com a possibilidade de geração de emprego e renda. "Então este programa é fundamental não só para o Piauí, mas para o Brasil."

Fontes Alternativas diversificam matriz energética

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), lançado no dia 30 de março pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contribuirá para maior confiabilidade e segurança ao abastecimento de energia elétrica no país. O Proinfa prevê a contratação de 3.300 MW de potência instalada no Sistema Interligado Nacional (SIN) produzidos por fontes eólicas, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), sendo 1.100 MW de cada fonte. Essa produção dobrará a participação na matriz de energia elétrica brasileira dessas fontes, que atualmente respondem por 3,1% do total produzido e, em 2006, podem chegar a 5,9%, garan-

tindo mais energia limpa, gerada de forma sustentável, para o abastecimento do país.

"O Proinfa é a demonstração mais inequívoca de que estamos falando muito sério quando afirmamos acreditar no crescimento sustentável do nosso país", disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante lançamento do Proinfa. "Se depender, não da disposição, mas da ação do governo, nós estaremos, 24 horas por dia, dispostos a discutir com qualquer empresário, brasileiro ou estrangeiro, projetos concretos de investimentos para o nosso país", reforçou.

O programa, desenvolvido pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, é um im-

portante mecanismo para garantir maior inserção do pequeno produtor de energia elétrica e gerar mais empregos no país. Durante a construção e a operação dos empreendimentos, serão gerados 150 mil empregos diretos e indiretos, com investimentos do setor privado da ordem de R\$ 8,6 bilhões. Um dos referenciais do Proinfa é a questão ambiental, pois todos os empreendimentos contratados terão de ter Licença de Instalação concedida pelos órgãos ambientais.

Criado em 2002, pela Lei 10.438, o Proinfa foi reformulado em novembro passado para assegurar a participação de um maior número de Estados no programa, incentivar a indústria nacional e excluir consumidores de baixa renda do rateio da compra da energia gerada pelos projetos selecionados. O índice mínimo de nacionalização do custo total de construção dos projetos é de 60%.

No Brasil, 41% da matriz energética é renovável, enquanto a média mundial é de 14% e nos países desenvolvidos, de apenas 6%, segundo dados do Balanço Energético Nacional — edição 2003. A entrada de novas fontes renováveis evitará a emissão de 2,5 milhões de toneladas de gás carbônico/ano, ampliando as possibilidades de negócios de Certificação de Redução de Emissão de Carbono, nos termos do Protocolo de Kyoto.